

# ROMÉLIA

## ROMÉLIA

Chefe de Estado:	<b>Traian Băsescu</b>
Chefe de Governo:	<b>Emil Boc</b>
Pena de morte:	<b>abolicionista para todos os crimes</b>
População:	<b>21,4 milhões</b>
Esperança média de vida:	<b>74 anos</b>
Taxa de mortalidade – menores de 5 anos:	<b>11,9 por 1000</b>
Taxa de literacia nos adultos:	<b>97,7 por cento</b>

**As autoridades locais foram responsabilizadas pela discriminação dos ciganos. Um jornal alemão publicou novas provas sobre o envolvimento da Roménia no programa de rendições da CIA. O Tribunal Europeu pediu explicações ao governo sobre o caso de um homem que morreu num hospital psiquiátrico devido a alegados maus-tratos.**

### **Antecedentes**

O novo Código do Trabalho, introduzido em resposta os requisitos do empréstimo do Fundo Monetário Internacional e da Comissão Europeia, foi criticado pelos sindicatos, causou protestos por todo o país e, a 16 de março, esteve na origem da quinta moção de censura contra o governo. Os sindicatos alertaram que a legislação acabava com a proteção dos direitos laborais e negava a muitos trabalhadores o direito à representação sindical. As medidas de austeridade, introduzidas em 2009, afetaram igualmente o sistema de saúde. Até 1 de abril, 67 hospitais tinham sido fechados, o que causou preocupação relativamente ao acesso aos cuidados de saúde.

### **Discriminação – Ciganos**

A proposta legislativa para alterar o nome da minoria cigana para “Țigan” foi aprovada pela primeira vez pela Comissão de Direitos Humanos e Igualdade de Oportunidades do Senado em fevereiro. No entanto, o Senado rejeitou a proposta a 9 de fevereiro, tal como o fez a câmara baixa do Parlamento a 5 de abril. A proposta tinha sido criticada pelas ONG devido às conotações pejorativas do nome “Țigan”.

A utilização de estereótipos étnicos negativos pelo presidente e outros altos responsáveis governamentais continuou a causar preocupação. Em junho, o organismo de defesa da igualdade, o Conselho Nacional para o Combate à Discriminação (NCCD), rejeitou uma queixa relacionada com comentários alegadamente discriminatórios feitos pelo presidente contra os ciganos durante uma visita oficial à Eslovénia em novembro de 2010. O NCCD considerou que a legislação anti discriminação não era aplicável a atos cometidos fora do país. Em outubro, o NCCD advertiu duas vezes o presidente por fazer comentários contra os ciganos na televisão. O Conselho considerou que os comentários violavam a legislação anti discriminação.

■ Em julho, as autoridades municipais de Baia Mare, no noroeste da Roménia, ergueram um muro de cimento para separar os prédios habitados por ciganos da restante área residencial. As ONG protestaram contra a construção do muro, alegando que era equivalente a discriminação e que iria contribuir para a criação de um gueto. O município negou as acusações, afirmando que o muro visava proteger os habitantes dos prédios do trânsito. Em novembro, o NCCD considerou que a construção do muro era equivalente a discriminação. O município foi multado em 6000 novos lei romenos (1300 €). O NCCD recomendou a demolição do muro e a tomada de medidas por parte do município para melhorar as condições de habitação dos ciganos.

### **Direito à educação**

■ O NCCD considerou em agosto que a separação de alunos ciganos e não ciganos na escola da localidade de Craiova constituía discriminação direta e indireta. O organismo de defesa da igualdade tinha inicialmente realizado apenas uma investigação parcial da situação. Após um recurso da ONG cigana CRISS, o Supremo Tribunal pediu que o caso fosse novamente investigado no decorrer do novo ano escolar e concluiu que existia discriminação direta.

### **Direito à habitação**

Segundo as informações, vários municípios tentaram desalojar estabelecimentos informais ciganos.

■ Em agosto, o presidente da câmara de Baia Mare anunciou um plano para desalojar de várias áreas da cidade centenas de ciganos e outras pessoas socialmente desfavorecidas que não estavam registadas como residentes de Baia Mare e devolvê-las aos respetivos locais de origem. O plano foi imediatamente criticado pelas ONG nacionais e internacionais e por embaixadas estrangeiras. O desalojamento acabou por ser suspenso. Em setembro, o presidente da câmara afirmou que o município iria respeitar a lei nacional e os padrões internacionais de direitos humanos.

■ A 19 de setembro, o Tribunal de Cluj-Napoca rejeitou um pedido da Companhia Ferroviária Nacional para demolir as casas de cerca de 450 ciganos, incluindo 200 crianças, na Rua Cantonului, nos arredores de Cluj-Napoca. As autoridades municipais tinham realojado algumas das famílias naquela área em 2000. Alguns dos moradores tinham um acordo verbal com o município para construir as suas casas. Outros tinham alugado casas ao município.

■ A 15 de novembro, o NCCD considerou que o realojamento de ciganos da Rua Coastei, no centro de Cluj-Napoca, para os arredores, junto a um aterro na zona de Pata Rât, era equivalente a discriminação, e multou o município em 8000 novos lei romenos (1800 €). As autoridades discordaram da decisão e alegaram que o desalojamento não tinha sido um ato de discriminação. A queixa contra o município foi feita pela delegação local do Grupo de Trabalho das Organizações Civis (gLOC), criado em resposta aos desalojamentos forçados da Rua Coastei em dezembro de 2010.

### **Direitos das pessoas lésbicas, gays, bissexuais e transgénero**

O novo Código Civil, que entrou em vigor a 1 de outubro, proibia os casamentos e uniões de facto entre pessoas do mesmo sexo. O novo Código deixava também de reconhecer os casamentos e uniões de facto entre pessoas do mesmo sexo legalmente reconhecidas em outros países.

## **Combater o terrorismo e segurança**

Em novembro, o Comité Europeu para a Prevenção da Tortura pediu às autoridades romenas para explicar por que não tinham investigado a alegada existência de centros de detenção secreta usados no contexto do programa de rendições da CIA. O governo alegou que não existiam provas das alegações sobre o seu envolvimento no programa de rendições da CIA ou da existência de centros de detenção secreta em território romeno.

A 8 de dezembro, o jornal alemão *Süddeutsche Zeitung* publicou novas provas de que a CIA tinha torturado e realizado rendições de "suspeitos de terrorismo" em países europeus, incluindo a Roménia, nos anos seguintes aos ataques de 11 de setembro de 2001 contra os EUA.

## **Tortura e outras formas de maus-tratos**

### **Instituições de saúde mental**

Foram pedidas investigações às condições de vida e tratamento de doentes em instituições de saúde mental.

■ Em junho, o Tribunal Europeu dos Direitos do Homem pediu ao governo romeno informações sobre o caso de Valentin Câmpeanu, um cigano portador de VIH com problemas mentais que morreu em 2004 no Hospital Psiquiátrico de Poiana Mare. A investigação oficial às circunstâncias da sua morte ficou alegadamente marcada por irregularidades processuais. A investigação não resultou em quaisquer acusações contra os funcionários das instituições onde passou os últimos meses da sua vida. O caso foi levado ao Tribunal pelas ONG Centro de Recursos Jurídicos e INTERIGHTS, que pediram ao Tribunal para adaptar os seus critérios de aceitação de queixas de forma a permitir que ONG pudessem apresentar casos a favor de pessoas com deficiência, mesmo na ausência de autorização específica da pessoa. As ONG alegaram que os cuidados inapropriados e as condições de vida deficientes no hospital psiquiátrico contribuíram diretamente para a morte de Valentin Câmpeanu.

## **Visitas/Relatórios da Amnistia Internacional**

☞ Delegados da Amnistia Internacional visitaram a Roménia em abril, junho, setembro, outubro e novembro.

📄 Mind the legal gap: Roma and the right to housing in Romania (EUR 39/004/2011)

📄 Romania must come clean over secret prisons (PRE01/611/2011)